CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

Processo n°: 264/67-CEE.

Interessado: Prefeitura Municipal de Garça.

Assunto: Autorização de funcionamento de Faculdade.

P A R E C E R N°378/67

A Prefeitura Municipal de Garça encaminhou, com o ofício n. 107/67 de 8 de março de 1967, pedido de autorização para instalação e funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas de Garça, ainda no corrente exercício.

Li contristado o referido ofício, em que são inúmeros os erros de grafia, de concordância e de acentuação. Ouso mesmo afirmar que um pedido com essa redação, não deveria ser objeto de consideração por um Conselho Estadual de Educação.

1. Da necessidade dos cursos do ciências econômicas

Por se tratar de curso que exige pequenos investimentos em instalações e equipamento, tem proliferado os cursos de ciências econômicas, contábeis, atuariais. Ao que me parece (1) são as seguintes as Faculdades existentes, no Estado de São Paulo:

- 1- Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP São Paulo
- 2- Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais "Coração de São Paulo de Jesus", da PUC SP
- 3- Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Mackenzie São Paulo
- 4- Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Alvares Penteado) São Paulo
- 5- Faculdade de Ciências Econômicas "São Luiz" São Paulo
- 6- Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo - São Paulo
- 7- Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André - Santo André
- 8- Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco

(1) - A relação 6 provavelmente incompleta.

Parecer CES n.378/67

- 9 - Faculdade de Ciências Econômicas de Universidade Católica de Campinas - Campinas 3
- 10 - Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru - Bauru
- 11 - Faculdade de Ciências Econômicas de Marília - Marília
- 12 - Faculdade de Ciências Econômicas de Franca - Franca
- 13 - Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto - Ribeirão Preto
- 14 - Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos - Santos
- 15 - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba - São José dos Campos
- 16 - Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais de Taubaté (Municipal) - Taubaté
- 17 - Faculdade de Ciências Econômicas de São José do Rio Preto - São José do Rio Preto
- 18 - Faculdade de Ciências Econômicas de São João da Boa Vista - São João da Boa Vista
- 19 - Faculdade de Ciências Econômicas de Jundiaí - Jundiaí
- 20 - Faculdade de Ciências Econômicas de Andradina - Andradina
- 21 - Faculdade de Ciências Econômicas de Piracicaba - Piracicaba

A esse grande número de Faculdades não se juntarem dezenas de outras mais, tanto na Capital, como no interior em decorrência de um heroico esforço de resistência por parte das entidades de classe dos economistas de São Paulo que acertadamente sempre entenderam que somente deveriam ser instaladas novas Faculdades que possuíssem condições materiais e principalmente humanas para bem desempenhar sua missão.

Há uma tendência muito acentuada no sentido de que os estabelecimentos de ensino comercial, de nível médio, se empenhem na criação de Faculdade de Ciências Econômicas, confirmando o que muito bem acentuam Frederick Harbison e Charles A. Myers em seu magnífico livro "Educação, Mão de Obras e Crescimento Econômico", ed. Fundo de Cultura:

"As instituições estabelecidas para proporcionar ensino de nível sub-profissional têm possibilidade de negligenciar seus objetivos afim de empreender trabalho superior para qualificações profissionais, e, por esse meio tentar transformarem-se em

Parecer CES n.378/67

instituições universitárias "au grand complet", situação que parece decorrer do subdesenvolvimento e que levou a Comissão Ashby que examinou o problema Educacional na Nigéria, a deplorando-a, declarar, enfaticamente, que a procedimento dessa natureza deve oferecer resistência:

"Jamais deverá haver dúvidas de que a função dessas importantes instituições é a de treinar técnicos . Não se deve permitir que coisa alguma as desvie de sua finalidade."

Parecem bastante claros os motivos que comandam esses fatos: as instituições de nível médio não têm o prestígio das universidades e a ostentação é característica do atraso econômico, social e cultural. O Relator deseja aduzir que, infelizmente, é lamentável o nível de ensino ministrado na maioria das Faculdades de Ciências Econômicas localizadas no interior do Estado de São Paulo. Dois exemplos evidenciam:

1. No corrente ano, a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais "Coração de Jesus", de que é Diretor, decidiu não acolher pedidos de transferências por se ter verificado que a quase totalidade dos alunos procedentes de estabelecimentos do interior, no ano de 1966, embora submetidos à seleção sumária, não conseguiu acompanhar o curso, abandonando-o, ou sendo reprovados.

2. Em processo de seleção efetuado pelo Departamento de Estudos Econômicos de importante estabelecimento bancário de São Paulo, para aproveitamento, nas funções de economistas, de funcionários que desempenham outras atividades, foram escolhidos, de quase uma centena de candidatos, apenas 10 para serem submetidos a seminários de treinamento que, hoje, são frequentados por 8. Desnecessário seria dizer que os candidatos selecionados cursaram Faculdades desta Capital e que a quase totalidade dos excluídos obteve seus diplomas no interior "frequentando" os chamados cursos vagos, Funcionários lotados na Capital ou em outras cidades realizaram cursos em estabelecimentos situados, as vezes, a mais de 100 Km de distância. Ouço falar na existência de cursos com "carga concentrada" isto é, com aulas durante todo o dia de sábados e domingos e imagino a sua eficiência.

Êstes fatos e muitos outros, que seria longo enumerar, estão a inflicar o maior cuidado na autorização para funcionamento de novas

Faculdades de Ciências Econômicas. Provavelmente até fosse necessário, numa primeira etapa, reduzir o seu número para concentrar esforços nas remanescentes de forma a melhorar a eficiência dos seus cursos.

O problema parece ter dimensões mais amplas, estendendo-se a todo o território nacional. Em recente relatório encaminhado pela Comissão de Especialistas do Ensino de Ciências Econômicas, firmado pelo Sr. Manoel Orlando Ferreira, à Diretoria do Ensino Superior se sugeriu ao Conselho Federal de Educação que não se concedesse autorização para o funcionamento de novos cursos de Economia, acentuando que:

"Há excessivo número de estabelecimentos atuando na formação de economistas. O grande problema que se equaciona perante os órgãos responsáveis, é o da melhoria qualitativa da rede. Nervos cursos para a preparação desses profissionais no momento, devem ser desaconselhados. A expansão meramente quantitativa agravará o problema, inflacionando mais o mercado atual de economistas".

O relator têm restrições quanto à referência final relativa ao mercado de trabalho, mas concorda com as considerações transcritas. O problema se situa no âmbito das deficientes condições dos estabelecimentos em funcionamento, principalmente no interior do Estado.

Um dos caminhos que poderia vir a conduzir a uma solução para o problema talvez fosse a direta participação do Governo São Estado no ensino de ciências econômicas no interior.

2. A falácia dos cursos custeados pelos próprios alunos

Tem sido muito frequente o argumento de que, sendo os cursos custeados pelos próprios alunos, sempre representam uma melhoria para as comunidades interioranas, até mesmo no aprimoramento do nível geral de cultura.

Não posso concordar com a tese.

A meu ver pouco ou nada representaram para o progresso da ciência econômica ou dos diplomados, os cursos de ciências econômicas em funcionamento na maioria das cidades do interior.

Enquanto se observa que o mercado de trabalho para os economistas, se torna cada vez mais amplo e tanto as empresas como os órgãos governamentais disputem regamente os bons profissionais, de que ainda há carência, é muito grande o número de diplomados que, em decorrência das deficiências de sua formação, continua a desempenhar tarefas subalternas, inferiores mesmo às de nível técnico médio, como as de datilógrafos, arquivistas, etc.

Parecer CES n.378/67

Um país pobre, com recursos bastante escassos, não se pode dar ao luxo de desperdiçá-los. A economia é uma ciência de escolha entre alternativas. Cumpre verificar qual a mais conveniente. Se existem, por exemplo, cinco opções, cabe selecionar a melhor ou mesmo, com engenho e arte, descobrir novas.

Um indivíduo, isoladamente, pode decidir que lhe convém frequentar mediante pagamento um curso de filosofia, direito, economia, etc. Uma sociedade subdesenvolvida não pode, simplesmente pela razão de o curso ser pago pelos estudantes, permitir que se ofereçam oportunidades de desperdício de recursos, em setores que não são os que mais convém aos seus anseios de desenvolvimento.

Essa responsabilidade aumenta quando se trata de Faculdades oficiais, federais, estaduais ou municipais, onde mesmo nos cursos pagos, uma parcela dos recursos públicos, maior ou menor, é sempre dispendida. Cumpre, pois, programar adequadamente o ensino superior, estabelecendo, livre de pressões e ingerências locais, o tipo e a localização das Faculdades que melhor atendem às necessidades do mercado de trabalho e do desenvolvimento harmonioso regional ou nacional.

3. Prazo

Antes de entrar no exame específico do pedido, cabe registrar que a presente solicitação não pode ser considerada nos termos em que o deseja a Prefeitura do Município de Garça. Mesmo que viesse a ser autorizada a instalação, a Faculdade somente poderia vir a funcionar em 1968, nos termos do art. 5º, da Resolução n. 20/65 que determina que os pedidos entrem no Conselho Estadual de Educação até o dia 31 de julho do ano anterior ao início do ano escolar.

4. Natureza jurídica do estabelecimento

Os conhecimentos jurídicos do relator são pequenos. Entretanto parecem suficientes para indicar que a Faculdade não foi estruturada nos termos do disposto na legislação em vigor. Os ilustres juristas pertencentes à Câmara do Ensino Superior talvez possam ajudá-lo a esclarecer o assunto.

A lei municipal n. 1.046/67 diz o seguinte:

"PEDRO VALENTIM FERNANDES, Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE GARÇA, estabelecimento de ensino superior do Município.

Parecer CES n.378/67

Art. 2º - para sua manutenção, como auxílio que reverterá em bolsas de estudos per a alunos carentes de condições, anualmente constará do Orçamento Municipal uma do tação de NCR\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros novos).

Art. 3º - A Administração da Faculdade poderá ser entre que, em convênio assinado pela Prefeitura "ad referendum" da Câmara Municipal, a uma Associação Educacional, cuja atividade não seja lucrativa, embora cobre dos alunos taxa de estudos.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário. Garça, 07 de março de 1967

Pedro Valentim Fernandes

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Diretoria do Expediente, na data supra.

Sérgio Moraes - Diretor do Expediente".

O art. 85 da Lei de Diretrizes e Bases, entretanto, prescreve que:

"Os estabelecimentos isolados oficiais serão constituídos sob a forma ao autarquias ou de fundações; os particulares de fundações ou associações".

Pelo visto, a lei municipal não criou nem uma autarquia, nem uma fundação; ao contrário estabeleceu que a Faculdade poderia ser entregue, mediante convênio, a uma associação, forma que só é permitida aos estabelecimentos particulares. Outrossim, a dotação a ser consignada no orçamento destina-se a bolsas de estudos e não ao orçamento da Faculdade.

O artigo 4º do regimento interno enviado com o processo estabelece:

"A Faculdade de Ciências Econômicas de Garça, estabelecimento isolado de ensino superior, será mantida sob e forma de sociedade civil sem finalidade lucrativa".

O relator tem nítida impressão de que a Faculdade deveria ser particular, pois o regimento menciona, em vários artigos, o Conselho Federal de Educação. Posteriormente, se pretendeu, por razões que desconhece, uma Faculdade municipal, o que se fez impropriamente.

E ao que tudo indica, nesta Faculdade que é do Município, este só contribuiria com a já mencionada lei municipal e NCR\$ 2.000,00 para

Parecer n. 378/67 - CES

bolsas de estudos. O restante seria feito pelo Colégio Comercial de Garça (ou outra instituição particular).

5. Análise de Garça e municípios vizinhos

Todos os estudos de natureza econômica e de divisão regional do Estado de São Paulo de que tenho conhecimento, não indicam o município de Garça como polo de desenvolvimento regional. É sempre citado como integrante da região de Bauru ou da de Marília. Isto poderá ser constatado compulsando-se o 2º Plano de Ação do Governo, o Plano de Desenvolvimento Integrado, o relatório para o Planejamento Econômico do Estado elaborado pela ANPES - Associação Nacional de Programação Econômica e Social e os estudos da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai - CIBPU (que concluiu pela fixação de um polo de industrialização regional em Marília). A divisão regional adotada pela Secretaria da Educação inclui Garça na região escolar de Marília e na zona fisiografia de Marília.

Marília e Bauru que distam cerca de 30 e 76 km de Garça possuem Faculdades de Ciências Econômicas.

Não vamos proceder, portanto, como pede a Resolução n. 20/65, a uma análise da região de Garça, mas de alguns dos seus municípios vizinhos, (2) todos Eles integrantes da região de Marília ou, se preferir, da de Bauru.

A área analisada é a seguinte: (ver mapa anexo)

MUNICÍPIOS	DISTRITOS	COMARCAS
1. Álvaro de Carvalho	Álvaro de Carvalho	Garça
2. Alvilândia	Alvilândia	Garça
3. Duartina	Duartina	Duartina
4. Galia	Galia	Garça
	Fernão	
5. Garça	Garça	Garça
	Jafa	
6. Lucianópolis	Lucianópolis	Duartina
7. Lupércio	Lupércio	Garça

Com base nos Censos demográficos de 1950 e 1960 foi elaborado o Quadro I, anexo. Por esse quadro se observa que nenhum dos municípios da área acompanhou a taxa de crescimento registrada para

(2)- Deixam de ser focalizados os municípios de Vera Cruz e Ocaçu limítrofes de Garça por também o serem de Marília e os de Pirajui e Presidente Alves, por estarem ligados a Bauru mais estreitamente (são servidos pela Estrada de Perro Noroeste do Brasil enquanto que Garça é pela Cia. Paulista de Estradas de Perro). A exclusão, todavia, não prejudica as conclusões.

Parecer CES n. 378/67

o Estado comum todo, a qual se situou em torno de 3,6%. Com efeito, no total, os municípios apresentaram tendências demográficas evolutivas pouco significativas ou, na maior das vezes, negativas. Igualmente, quanto a taxa de urbanização, se pode verificar que o município de Garça (com 55%) foi o que mais se aproximou, sem atingir, a média do Estado (63%).

Os dados sobre a produção agrícola e animal bem como sobre a produção industrial constam dos anexos quadros II e III. Existem algumas diferenças entre esses dados e os citados pela Prefeitura, o que é natural num país de estatísticas deficientes e imperfeitas. De qualquer forma é evidente que se trata de uma área preponderantemente agrícola. As indústrias existentes são aquelas mais atraídas pelo mercado, ou seja, de produtos de alimentação e vestuário. Numa região como essa não se pode deixar de assinalar que o currículo elaborado para o curso não apresenta qualquer tentativa de adaptação às peculiaridades regionais. Estou convencido da necessidade que tem as Faculdades de Economia do interior de aproveitarem a flexibilidade permitida pela legislação, melhorando o currículo mínimo com cadeiras específicas de economia agrícola. Não me consta que qualquer das Faculdades do interior o tenha feito.

Os dados do quadro IV mostram a situação da área quanto ao número de crianças de 7 a 14 anos, que frequentam ou não escolas. Somente no município de Garça existem 41/6 (2.954 das 7.218) das crianças não frequentando escolas.

6. Os cursos programados

Segundo se pode verificar dos documentos juntados aos autos (regimento - art. 7º) "haverá na Faculdade de Ciências Econômicas de Garça os seguintes cursos:

- a) De economia, em 4 anos
- b) De atuário, em 4 anos
- c) De contador, em 4 anos"

Neste país, alguém deve estar ficando louco e tenho a ligeira impressão de que não se encontra deste lado. Admito que se pretenda criar, um curso de economia, chegaria a justificar um de contador, mas não posso compreender um de atuário. É notoriamente conhecido que o mercado de trabalho para atuários é bastante limitado, restringindo-se quase que a serviços centrais nas companhias seguradoras, de capitalização e instituições de previdência. Mesmo em São Paulo (Capital) algumas Faculdades não ministram o curso de atuária. Quais as oportunidades de emprego existentes em Garça e municípios adjacentes para atuários? Fosse assegurar, sem receio de erro, que não existe um

Parecer CES n. 378/67

só profissional desempenhando essas funções em Garça, ou adjacências, em regime normal de trabalho.

Na elaboração dos currículos para os cursos de economia, contador e atuária parece que unicamente se cumpriu o currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação. Basta assinalar que o curso de contador possui apenas 3 cadeiras por ano e 4 no último ano. No de atuário a primeira série tem 2 cadeiras apenas.

Ao se fixar um currículo mínimo, pretendeu-se ao que me parece e como o título indica, ensejar às Faculdades de um país de dimensões continentais, oportunidade para que o complementassem com outras cadeiras que atendessem às peculiaridades regionais e às necessidades do mercado de trabalho. Caberia perfeitamente incluir no curso de contador, em Garça, uma cadeira de Contabilidade das empresas agrícolas ou mesmo de contabilidade bancária (existem em Garça 8 estabelecimentos bancários e 2 agências de caixas econômicas, em Duartina 5 agências bancárias e em Gália 2, além de agências da Caixa Econômica Estadual).

No curso de economia foram alteradas as denominações de cadeiras fixadas pelo Conselho Federal de Educação a meu ver indevidamente e para pior, a saber:

<u>Regimento</u>	<u>Currículo mínimo</u>
Economia Política	Introdução à Economia
Ciência da Administração	Introdução à Administração
Contabilidade Geral	Contabilidade
História Econômica e Formação do Brasil	História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
Geografia Econômica e Economia Geográfica	Geografia Econômica
Análise Micro-Econômica e Macro-Econômica (1 só cadeira)	Análise Micro-Econômica) <u>separa</u> Análise Macro-Econômica) <u>das</u>
Moedas, Crédito e Bancos	Moedas e Bancos
História da Economia e das Doutrinas Econômicas	História do Pensamento Econômi co

A junção numa única cadeira, no 3º ano, de Análise Microeconômica e Análise Macroeconômica, de que Garça não é pioneira, pois já a vi em outras Faculdades do interior, somente pode ser concebida por quem não tenha conhecimentos rudimentares de metodologia econômica e já deve ter incitado Keynes a levantar-se da tumba para protestar. Não compreendo o adendo "Economia Geográfica". Só justifico a volta da antiga denominação de "Ciência da Administração" para que a cadeira adquira feições de Direito Administrativo (o professor indicado

Parecer CES n. 378/67

para regê-la é advogado) que já teve quando antigamente o curso em mais de Direito do que de Economia. É provável que o mesmo se tenha feito com relação à cadeira de Introdução à Economia denominada de Economia Política, o que se justificaria num curso de Direito e não no de Economia (igualmente foi indicado um advogado para regê-la). No curso de Economia, além do currículo mínimo, foram introduzidas no curso mais as cadeiras de Análise de Balanços, Direito Social, Direito Tributário (Direito, novamente). Não se lembrou que um pouco de economia agrícola, de economia brasileira não faria mal. É provável que o relator enganado esteja. Se os alunos residirem em São Paulo ou adjacências, melhor seria a inclusão de alguma cadeira ligada à economia industrial ou ao planejamento e controle da produção industrial.

7. Professores

Por não ser oportuno, o relator deixa de analisar os nomes dos professores indicados para as cadeiras das duas primeiras séries.

Deseja apenas assinalar que na relação de profissionais liberais juntada ao processo à fls. 34/35 foram relacionados os advogados e médicos residentes em Garça e que, provavelmente, por descuido, se deixou de complementá-la com a dos economistas, contadores, e mesmo engenheiros.

8. Prédio

O relator também deixa de analisar o prédio oferecido. As garantias pedidas no inciso III, do art. 5º, da Resolução n. 30/65 não foram apresentados. Pelas plantas e fotografias juntadas parece que o prédio é o do Colégio Comercial de Garça, que é modesto. Pelo que foi possível deduzir, possui 7 salas de aulas, não se informando como funcionarão, simultaneamente, os dois cursos, o de nível médio e o superior.

9. Informações Complementares

Embora sem qualquer efeito de decisão, o relator teve oportunidade de consultar sobre a conveniência da criação pretendida da Faculdade de Ciências Econômicas de Garça, as entidades de classe dos economistas de São Paulo, a Ordem dos Economistas de São Paulo, o Sindicato dos Economistas, no Estado de São Paulo e o Conselho Regional de Economistas Profissionais, 2ª região, que se manifestaram contrariamente nos termos dos ofícios anexos.

Por todas as razões apresentadas, sou pelo indeferimento do pedido da Prefeitura Municipal de Garça.

S. Paulo, 14 de abril de 1967
Vespasiano Consiglio - Relator

QUADRO I

POPULAÇÃO-SEGUNDO OS CENSOS-POR MUNICÍPIO E DISTRITO

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL			PREV. P ^a 1/7/65.	DENS. DEM. 1965
	CENSOS 1950 - 1960	TAXA DE CRESC.			
Alv. de Carvalho	6446 5372	-1,9%		4522	29
Alvinlândia(+)	3610 4226	1,6%		4501	52
Lupércio(+)	7081 3910	-6,1%		2630	18
Gália	18076 16359	-		14650	31
Gália	14343 14204	-0,2%		-	-
Fernão	3723 2155	-5,6%		-	-
Garça	42912 38274	-		37538	71
Garça	32221 33150	0,3%		-	-
Alvinlândia	(3610)	-		-	-
Lupércio	(7081)	-		-	-
Jafa(+++)	- 5124	-		-	-
Duartina	17413 13031	-		12042	33
Duartina	13451 13031	-0,3%		-	-
Gralha	(3962)	-		-	-
Lucianópolis(++)	3962 3019	-2,8%		2625	14

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL		TAXA DE CRESCI.
	CENSOS 1950 - 1960	TAXA DE CRESC.	T. de Urb. 1950 1960	1950 - 1960		
Alv. de Carvalho	744 974	2,8%	11,54 18,30	5702 4398	-2,7%	
Alvinlândia(+)	722 1198	1,6%	20,00 28,35	2278 3028	0,5%	
Lupércio(+)	580 582	0,0%	8,19 14,88	6501 3328	-6,9%	
Gália	3406 4578	-	- -	14670 11781	-	
Gália	2935 4094	3,3%	20,46 28,82	11408 10110	-1,2%	
Fernão	471 484	0,2%	12,65 22,46	3262 1671	-6,9%	
Garça	13735 18849	-	- -	29177 19425	-	
Garça	12433 18155	3,9%	38,59 54,77	19788 14995	-2,8%	
Alvinlândia	(722)	-	- -	(2278)	-	
Lupércio	(580)	-	- -	(6501)	-	
Jafa(+++)	- 694	-	- 13,54	- 4430	-	
Duartina	4200 5549	-	- -	13213 7482	-	
Duartina	3683 5549	4,2%	27,38 42,58	9768 7482	-2,7%	
Gralha	(517)	-	- -	(3445)	-	
Lucianópolis(++)	517 532	0,3%	13,05 17,62	3445 2487	-3,3%	

Fonte dos dados brutos: IBGE - Censos Demográficos - 1950 e 1960
 Depto. Estatística do Estado de São Paulo
 (+) Eram distritos de Garça em 1950
 (++) Era distrito de Duartina, em 1950, com o nome de Gralha
 (+++) Criado em 1954.

QUADRO II - VALORES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ANIMAL

NCr\$

Municípios	Valor da produção Agrícola			Valor da Produção de origem animal	
	1 9 6 4	1 9 6 5	1965 Defla- cionado(1)	NOMINAL 1 9 6 5	REAL 1965 (2)
Alvaro de Carvalho.	866,320	2.827.055	1.990.883	186.952	133.537
Alvinlândia	768.323	1.459.274	1.027.658	97.500	69.643
Gália	1.105.109	1.388.509	977.823	698.000	498.571
Garça	1.577.196	2.754.405	6.869.300	327.000	233.571
Lupércio	520.256	1.369.784	964.637	104.488	74.634
Duartina	669.379	1.449.007	1.020.427	847.500	605.357
Lucianópolis	226.610	488.445	343.975	76.300	54.500

Fonte dos dados brutos: Dept^o Estadual de Estatística - São Paulo

Nota: Deflatores utilizados: (1) - Índice 46 (Preço por Atacado dos Produtos Agrícolas - Geral) alterada a base para 1964 = 100 - F.G.V.
 (2) - Índice 58 (Preços por Atacado de Gêneros Alimentícios de Origem Animal alterada a base para 1964 = 100 - FGV.

QUADRO IV

MUNICÍPIOS	Dr. recens. de 7 a 14 anos		
	Total	Fr. Esc.	Não Freq. Esc.
Alvaro de Carvalho	976	573	403
Rural	777	424	353
Alviniândia	716	460	256
Rural	549	321	228
Duartina	2214	1459	755
Rural	1151	582	569
Gália	3062	1711	1351
Rural	2160	1037	1123
Garça	7218	4259	2959
Rural	3441	1519	1922
Lucianópolis	515	277	238
Rural	418	202	216
Lupércio	865	501	364
Rural	720	398	322

Fonte: Recenciamento Escolar do Brasil - 1964.